



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

14347 - Resumo Expandido - Trabalho - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT07 - Educação de Crianças de 0 a 6 anos

Imagens de Infância(s): mulheres que narram experiências sobre a ditadura brasileira (1964-1985)

Amanda Vidal Silva - UFSC- Universidade Federal de Santa Catarina

Patricia de Moraes Lima - UFSC- Universidade Federal de Santa Catarina

Roseli Nazario - IFC - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense

IMAGENS DE INFÂNCIA(S): MULHERES QUE NARRAM EXPERIÊNCIAS SOBRE A DITADURA BRASILEIRA (1964-1985)

Este trabalho tem como objetivo apresentar experiências sobre a(s) infância(s) narradas por mulheres que vivenciaram, como crianças, o contexto histórico da ditadura militar brasileira (1964-1985) e que hoje, adultas, nos narram uma história outra deste período de violências. É fruto de uma pesquisa de mestrado defendida no ano de 2022. No que tange ao referencial teórico, infância e experiência são perspectivadas à luz dos *novos* Estudos da Infância, sobretudo a partir das contribuições da filosofia da infância. Utilizamos a etnografia como meio de encontro com as narrativas e experiências das mulheres sobre suas infâncias vividas na ditadura. A partir dessa mirada: infância e experiência na ditadura, buscamos o encontro com outras imagens da infância e propomos alguns questionamentos no que se refere ao entendimento de uma infância única e universal.

Palavras-chave: Infância, experiência, narrativa, mulheres, ditadura militar.

Este texto é resultado de alguns recortes de narrativas de mulheres que vivenciaram o contexto da ditadura militar brasileira na condição de crianças e narram sobre as experiências da infância numa conjuntura de violências. O estudo em questão teve como um dos seus objetivos problematizar o conceito de uma infância única, entendida como universal, por meio de histórias outras sobre a ditadura brasileira, rompendo com a linearidade da história

oficial nacional.

Neste sentido, uma das escolhas metodológicas foi por trabalhar apenas com narrativas de mulheres, considerando-as a partir de sua invisibilidade enquanto sujeito histórico, estabelecendo gênero como uma categoria de análise (SCOTT, 1995). Por meio de uma operação metodológica de caráter interseccional (AKOTIRENE, 2019), buscou-se dar visibilidade para as experiências femininas. Esse movimento destaca a condição do sujeito criança, a qual tem sua identidade atravessada por tal marcador e, portanto, vivencia a cultura e os aspectos sociais de maneira distinta a partir das suas condições identitárias específicas.

A pesquisa trabalha com o recorte temporal do contexto histórico da ditadura militar brasileira (1964-1985), entendendo que no tempo cronológico da história oficial, o regime militar teve duração de vinte e um anos. Contudo, para aqueles e aquelas que vivenciaram esse contexto de violências, trata-se de um tempo sempre presente, uma experiência que não tem fim, ao contrário, é elaborada, reelaborada, construída e chamada cotidianamente pelo presente.

O cenário da década de 1960 se caracteriza pela efervescência política vivida na conjuntura nacional brasileira. O país, mergulhado numa crise econômica, se via diante de uma polarização política que se adensava e deteriorava criticamente o tecido social. De um lado, o grupo identificado como progressistas, composto principalmente pelos estudantes, sindicalistas, artistas, trabalhadores urbanos e rurais. Do outro, um bloco representado pelos interesses do capital externo, bancos, mídia, empresas e que contava com o apoio de uma parcela significativa da sociedade que se auto intitulava como os *cidadãos de bem*. (FICO, 2012; NAPOLITANO, 2014)

O golpe de Estado ocorreu no dia 31 de março de 1964 como uma camisa de força diante do convulsão nacional, marca o momento no qual a direita civil empresarial militar, apoiada e financiada pelo poder imperial Estadunidense, usa da violência para impor seu projeto político econômico de sociedade. A partir disso, nos anos subsequentes, institucionaliza-se um regime militar que, atuando sobre o tripé: censura, vigilância e repressão, instaura uma máquina de medo e de morte em toda a sociedade brasileira, eliminando qualquer sujeito que se posicionasse contrariamente aos ditames do regime. (FICO, 2012)

Ao pesquisar as infâncias das mulheres, sujeitos da pesquisa, inseridas neste contexto, o desafio posto se inscreveu em como chegar metodologicamente às suas narrativas e experiências no contexto ditatorial. Deste modo, a etnografia foi o meio pelo qual pudemos (re)conhecer suas narrativas. Situada enquanto epistemologia, diz respeito a um modo de *ser* e *estar* em pesquisa de modo horizontalizado com os sujeitos que compõem o processo investigativo, refere-se a uma atenção específica aos modos pelos quais se fala e se escreve sobre o Outro e sua cultura, trata-se de um “[...] método em sentido amplo, [que] engloba as estratégias de contato e inserção no campo, condições tanto para a prática continuada como

para a experiência etnográfica e que levam à escrita final.” (MAGNANI, 2009, p.136).

As experiências dessas mulheres sobre infâncias vividas na ditadura dizem respeito a uma história assimilada como minoritária, de menor importância. Este silenciamento histórico é, de certa maneira, suspenso à medida que focalizamos suas narrativas a partir de uma perspectiva etnográfica compreendida enquanto “um campo ontológico, epistemológico, metodológico e ético que permite adensar a análise dos contextos micropolíticos do cotidiano da infância.” (FERREIRA; LIMA, 2020, p.7)

No que diz respeito a infância, é pensada a partir dos *novos* Estudos da Infância e, sobretudo da Filosofia da Infância, compreendida, deste modo, desde um movimento extensivo que a perspectiva para além do sujeito criança, por meio do qual se torna possível refletir sobre outras imagens de infância(s) e experiência. Na contramão do conhecimento historicamente postulado, a infância é entendida como uma condição habitada por todos(as) não se tratando de uma etapa cronológica da vida do sujeito ou um estado que o ser abandona à medida que cresce. Está posicionada no indizível, no lugar em que acontece a tradução daquilo que desconhecemos e experienciamos em linguagem e narrativa. (AGAMBEN, 2008)

Neste sentido, a experiência se torna possível porque temos a possibilidade da infância habitando nossa condição humana e está localizada no arcabouço da ignorância que diz respeito, muito mais do que o seu significado comum como alguém que ignora algo, mas entendida à luz da filosofia, deixando de “ser ausência, carência e insuficiência para tornar-se potência e motor dos possíveis” (KOHAN, 2015, p. 291).

A máxima da experiência vivida não está naquilo que acontece de extraordinário em nossas trajetórias, mas o oposto, se inscreve no cotidiano e no dia a dia e a experiência versa sobre um aprender “que exclui toda a possibilidade de prever, ou seja, de conhecer com certeza coisa alguma” (AGAMBEN, 2008, p.27). A infância nesta perspectiva, portanto, é entendida como o interstício, lugar da linguagem, uma condição humana e não uma etapa da vida e, neste sentido, nos tornamos sujeitos de nossa própria história à medida que traduzimos as experiências vividas em narração.

Pensar a infância a partir deste ângulo nos provoca a problematizar os conhecimentos já dados, historicamente, sobre esse sujeito “[...] nos remete a um movimento que desarranja nossas ‘primeiras’ verdades e nos instiga mais do que saber o que é a infância, a pensá-la como algo por nós desconhecido” (LIMA, 2006, p.47). É por este caminho que tencionamos pensar a experiência narrada pelas mulheres, buscando uma abertura para outras imagens de infâncias (no plural).

Trabalhamos com três mulheres sujeitos de pesquisa^[1], suas narrativas foram reveladoras, sobretudo, no que tange ao agenciamento dos marcadores sociais em suas experiências. Utilizamos como ferramenta analítica a interseccionalidade que, de acordo com Akotirene (2019, p. 43-44), não se reduz a uma somatória de identidades: “em vez de somar

identidades, analisa-se quais condições estruturais atravessam corpos, quais posicionalidades reorientam significados subjetivos desses corpos”. Diz respeito à condição de inseparabilidade das estruturas opressoras: racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado. Neste sentido, as experiências das infâncias revelam sujeitos que têm sua condição “modeladas por e durante a interação das estruturas, repetidas vezes colonialistas, estabilizadas pela matriz de opressão, sob a forma de identidade.” (AKOTIRENE, 2019, 43-44).

Nesse texto, optamos por dar visibilidade aos fragmentos narrativos que se focalizam nos contextos educativos e escolares pelos quais as mulheres passaram neste período ditatorial. Focalizamos a narrativa de Ângela Lucena que inicia sua história começando pela trajetória de seus avós - marcador da geração, vai descrevendo como a situação de pobreza permeou a trajetória de toda a família, de origem nordestina. Ressalta que todos os seus tios-avôs, homens, morreram, “Todos, ou de necessidade, ou de doença ou privação de alimentos” (ÂNGELA, 2021), restando apenas duas mulheres: sua mãe, Damaris e Jovelina, sua tia. Enfatiza a pobreza como um processo passado de geração em geração no seio familiar.

A condição de seus pais, portanto, não era diferente, tendo perdido um irmão ainda bebê por falta de condições básicas de alimentação e saúde. Militantes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), seus pais e, conseqüentemente, ela e os dois irmãos, viviam na clandestinidade, numa casa nomeada como “aparelho”. Em determinado dia a polícia estoura esse aparelho e o pai é assassinado diante dela, que se recorda da cena, embora contasse com apenas 03 anos de idade.

Após o exílio, Damaris e os filhos recebem um convite do embaixador cubano que, em nome de Fidel Castro, oferece asilo político. É em Cuba que a família Lucena passa a existir legalmente. Ângela e os irmãos são encaminhados para instituições de educação e nesse contexto ela acessa os direitos mais básicos: “como ser vacinada e tratamento odontológico, até o reconhecimento de necessidades que precisavam de uma maior atenção para serem percebidas [trata-se do uso de óculos]” (ÂNGELA, 2021).

Ângela destaca que ao chegar ao *Bosquecito*, nome da instituição de educação cubana, foi acolhida por uma comitiva de pessoas e que mesmo “não entendendo direito a língua [espanhol]”, sentiu o afeto, pois “a linguagem do amor, ela tem uma cara, você identifica o sorriso, de que realmente aquelas pessoas estavam felizes com a nossa chegada”. (ÂNGELA, 2021). A instituição se chamava assim dada a condição de natureza que a compunha, algo que Ângela narra com ênfase, destacando o bem estar que o ambiente lhe proporcionava: “quando entrei naquele lugar, aquele monte de pássaros cantando, aquela sombra das árvores. Quando dava um determinado horário eles abriam as caminhas pra gente ficar dormindo no meio das árvores”. (ÂNGELA, 2021)

A figura de uma pessoa em especial marca a trajetória de Ângela na instituição de educação, trata-se de uma pedagoga, Marta, que, por meio da sensibilidade e do afeto, constrói um ambiente seguro para Ângela, que narra: “eu deixei de gestar a dor e passei a

sentir o amor”. (ÂNGELA, 2021). Certo dia, ao vê-la chorar, Marta a questiona. Ângela conta: “uma vez ela me falou assim: ‘você não precisa ficar sem graça e me dizer que não está chorando, você pensa que eu não choro também? eu choro muito mais do que você imagina’, aí eu perguntei: mas por que você chora? ‘eu choro quando vejo vocês chorarem, por exemplo. Choro quando vejo que vocês não querem ir embora daqui’”. (ÂNGELA, 2021)

A educação institucional foi uma experiência determinante na trajetória de Ângela que faz questão de destacar em sua narrativa: “então eu entendi ali o que realmente a educação faz pelo ser humano. Sorte que nós fomos para um lugar onde as pessoas entenderam o que era o papel da educação. Como a educação era uma coisa transformadora e foi mesmo. Foi mesmo”. (ÂNGELA, 2021)

Pelo contingenciamento de um resumo, limitamos a esses breves exemplos que não dimensionam a riqueza de elementos que compõem as narrativas das mulheres sobre suas experiências da infância e que são discutidas demoradamente no texto dissertativo.

As ditaduras militares foram fenômenos que acometeram a realidade de diversos países da América Latina e carregam em seu bojo as marcas de uma história fundamentada no colonialismo e na exploração de países considerados como subdesenvolvidos. Partir desta perspectiva, focalizar a infância e a experiência, “ofrece la posibilidad de ligar la cuestión de la infancia al conjunto de la sociedad y permite problematizar los temas sociales, políticos, económicos y culturales desde el punto de vista de la infancia como sujeto político.” (REDONDO, 2015, p. 154).

A intenção, muito mais do que encontrar respostas e receitas prontas para as mazelas sociais e educacionais, está em levantar novos questionamentos: quais contribuições podem ser tecidas para pensar a própria condição humana na sua amplitude a partir desta mirada? O que essas infâncias nos dizem sobre os processos educativos? E sobre as instituições de educação? Quais e como os marcadores subjetivam suas identidades e experiências?

Por fim, consideramos que a infância narrada enquanto tempo de experiência, lança luz sobre histórias individuais inscritas em marcadores sociais e dá visibilidade ao processo de apagamento e silenciamento de sujeitos e da própria infância vivida na ditadura.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **INFÂNCIA E HISTÓRIA**: destruição da experiência e origem da história. Belo Horizonte: UFMG, 2005. 186 p.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019. 150 p.

FERREIRA, Manuela; LIMA, Patrícia de Moraes. Infância e Etnografia: dialogia entre alteridades e similitudes. **Perspectiva**: Revista do Centro de Ciências da Educação, Florianópolis, v. 38, n. 1, p. 01-13, mar. 2020.

- FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 28, n. 47, p. 43-59, 2012.
- KOHAN, Walter Omar. Visões de filosofia: INFÂNCIA. Alea, Rio de Janeiro, v. 2, n. 17, p. 216-226, dezembro de 2015.
- LIMA, Patricia de Moraes. **Infância e experiência**. In: SOUSA, Ana Maria B. de (et. al.) Ética e gestão do cuidado: a infância em contexto de violências. Florianópolis: CED/UFSC/NUVIC, 2006. P. 47-92.
- NAPOLITANO, Marcos. **1964: história do Regime Militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.
- REDONDO, Patricia. Infância(s) Latinoamericana(s), entre lo social y lo educativo. **Espacios En Blanco. Revista de Educación**, Buenos Aires, n. 25, p. 153-172, jun. 2015.
- SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p.71-99, jul./dez. 1995.

[1]

1) Ângela Telma Oliveira Lucena Imperatrice, nasceu: 10/10/1966, São Paulo, dois anos após o golpe militar (1964), hoje tem 55 anos; 2) Sônia Maria Haas, nasceu: 05/05/1958, Rio Grande do Sul, tinha 06 anos de idade no ano do golpe, hoje tem 63 anos; 3) Sônia Sissy Kelly Lopez, nasceu: 06/04/1956, Minas Gerais, tinha 08 anos no ano do golpe e hoje tem 65 anos.